

# Ontrac

Nº 34 Setembro de 2006

**Boletim do Centro Internacional de Pesquisa e Treinamento de ONGs**

## CONTEÚDO

### *Ponto de vista*

Fortalecimento institucional e o Estado

Conferência do INTRAC sobre fortalecimento institucional e sociedade civil

Políticas da cooperação na Ásia Central após a Revolução no Quirguistão

Pólos aparte: Desenvolvimento Comunitário e governança local na antiga Iugoslávia

Noticias de fortalecimento institucional

Profissionais do terreno de Concern: Perspectivas sobre fortalecimento institucional

El Triunfo? Fortalecimento institucional orgânico na zona rural de Honduras

Reformas à Cooperação Multilateral: uma oportunidade para a Sociedade Civil enfrentar problemas reais?

Publicações do INTRAC

Treinamentos do INTRAC

Pessoas do INTRAC

### **Nesta edição:**

Kasturi Sen analisa o fortalecimento institucional da sociedade civil e o Estado no contexto de mudança da arquitetura da Cooperação. Charlie Buxton e Asiya Sasykbaeva apontam os desafios da construção de capacidades na Ásia Central após as revoluções recentes; profissionais do terreno que trabalham para Concern compartilham suas perspectivas sobre capacidades e redução de pobreza; Brenda Lipson apresenta um estudo de caso local que antes dificilmente seria considerado de fortalecimento institucional embora hoje se enquadre perfeitamente dentro deste conceito; e Louis Callewaert debate sobre as realidades de fortalecimento institucional da sociedade civil e do Estado dentro das estruturas globais da cooperação.

### **Fortalecimento de Capacidades e o Estado**

*“A real construção de capacidades implica na habilidade de sustentar a interação dinâmica e produtiva entre lideranças, os órgãos de governo e a sociedade civil”.*

O discurso, em continua mudança, sobre fortalecimento de capacidades tem sido, com muita frequência, orientado pelas necessidades dos doadores antes do que pelas necessidades da sociedade civil e das comunidades locais.

Há uma preocupação crescente de que, apesar da retórica da última década sobre relações equitativas, a prática não tem sido essa, e os doadores continuam a ditar que tipo de capacidades deveriam ser apoiadas e como.

Esta edição de Ontrac analisa alguns dos dilemas associados a construção de programas de fortalecimento institucional nos anos recentes num contexto de apoios orçamentários diretos e de uma nova arquitetura da cooperação.

As idéias hoje em voga sobre capacidades e sobre fortalecimento de capacidades têm sido influenciadas por grandes mudanças no pensamento sobre desenvolvimento desde os anos 90. Apesar da complexidade do tema, onde mudanças no contexto afetam a forma como o fortalecimento de capacidades é realizado, houve tentativas para criar regras básicas de boas práticas, particularmente em relação a parcerias. Há um crescente interesse, por exemplo, em tentar assegurar que os processos de fortalecimento de capacidades Norte-Sul tenham como premissa a apropriação dos programas por parte dos grupos locais e a constituição de parcerias genuínas entre doadores e recipientes.

Estas idéias têm surgido junto com reconhecimento das inesperadas dificuldades do funcionamento dos programas de mão única e do fracasso dos programas oficiais de desenvolvimento em gerar uma cooperação sustentável. Subsequentemente, tem havido uma transição gradual desde as velhas formas de fortalecimento de capacidades para aquelas que reforçam uma abordagem que privilegia o meio ambiente em sentido amplo<sup>1</sup>.

A abordagem corrente dos doadores (através da Declaração de Paris) enfatiza a necessidade de fortalecer o estado e suas instituições, após duas décadas de políticas neoliberais de redução do gasto público. Durante este período, o fortalecimento institucional se concentrou nas organizações da sociedade civil. Muito foi alcançado não apenas em termos da consolidação de programas de desenvolvimento, mas também no fortalecimento da sociedade civil para atuar como um canal de distribuição de recursos públicos e de representação de grupos sociais excluídos.

A mudança mais recente nas políticas dos doadores – a reversão para o apoio a instituições de governo – parece ter sido produzida pelas preocupações sobre a implementação de grandes iniciativas tais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ou a Comissão para África<sup>2</sup>.

Como foi argumentado no Ontrac N° 33 (Harmonização da Cooperação: desafios para a sociedade civil) poderia parecer perfeitamente razoável canalizar os fundos dos doadores através do Estado para aumentar a eficiência e reduzir os custos operativos. Entretanto, há uma preocupação crescente entre algumas ONGs de que esta dramática mudança nas políticas não tenha sido suficientemente bem pensada em relação a questões tais como governança e prestação de contas, nem sobre a capacidade dos governos para implementar programas de desenvolvimento de maior porte sem a ativa participação da sociedade civil.

Esta mudança em políticas tem grandes conseqüências para o fortalecimento institucional. Se focalizarmos somente nas questões de fortalecimento institucional fica claro que o legado neoliberal de terceirizar funções governamentais tem deixado debilitado, e em alguns casos, até disfuncionais, muitas das funções governamentais. A política atual, que reverte a anterior, pode saturar com recursos o debilitado setor público aumentando a falta de transparência e propiciando uma fraca governança. Alguns argumentam que os doadores têm desenvolvido uma miopia coletiva que pode

resultar no retorno aos dias não sustentáveis de dependência e de uma agenda de desenvolvimento orientada pelos doadores.

Tem quem diga que a agenda dos doadores sempre foi orientada para apoiar o status quo. Como apontam alguns dos artigos desta edição de Ontrac, poucas iniciativas políticas importantes dos últimos tempos, embora elas tenham dado esta impressão, (Callewaert) têm permitido algum grau de autonomia. O fato de que os doadores, de repente, estão querendo criar “Estados” efetivos, autônomos e magnânimos é parte de um processo de desonestidade coletiva, e nos como ONGs não deveríamos nos iludirmos.

Se formos examinar, por exemplo, alguns dos temas centrais da agenda da reforma, tais como boa governança ou prestação de contas, e a forma como estes temas têm sido apoiados, podemos rapidamente descobrir que tais temas estão perigosamente perto do discurso dominante (de promover o mercado e o setor privado) e, por tanto, podemos inferir que a maioria das iniciativas está mesmo orientada por este tipo de políticas.

Se boa governança é definida como garantir que os benefícios econômicos e políticos cheguem a toda a sociedade, antes do que a um seletivo grupo de indivíduos, precisamos apenas olhar para iniciativas orientadas a apoiar o estado, tais como os Programas de Ajuste Estrutural (ver Ontrac 32), para ver como a boa governança, sobre a tutela do que Callewaert descreve como o estado burguês, tem fracassado miseravelmente.

Também se enfatiza a importância da terminologia – uma vez que para muitos dos doadores chaves, tais como o Banco Mundial, boa governança é entendida como gerenciamento econômico<sup>3</sup>, ainda que no contexto de desenvolvimento. Implicitamente, a definição de má governança se traduz como práticas fiscais fracas e reestruturação econômica insuficiente. Neste contexto, boa governança é entendido em uma perspectiva de cima para baixo e orientada pelo doador para reformar o setor público e a excluir a área social e as necessidades e preocupações dos setores pobres e marginalizados que frequentemente constituem a maior parte da população dos países em desenvolvimento.

De fato, as políticas de desenvolvimento mais importantes das últimas duas décadas têm sido definidas principalmente em termos econômicos e como parte essencial da agenda neoliberal que tem promovido - em grande escala – a privatização dos serviços essenciais. Questões tais como políticas re-distributivas ou a prestação de contas para os pobres (que sempre soam alto na retórica de *fazer da pobreza história*) por parte dos governos, parecem ter sido esquecidas da agenda novamente. Isto vai ter grandes consequências para o tipo de fortalecimento institucional a ser implementado.

É importante que as ONGs e a sociedade civil que possam ler nas entrelinhas. Fortalecimento institucional, da forma em que está colocado na Declaração de Paris e nos planos que estão hoje sendo implementados pelos grandes doadores na harmonização da cooperação podem parecer racionais na superfície, mas há uma grande probabilidade que Organizações da Sociedade Civil se deparem com fundos escassos e que sejam cooptadas para implementar políticas opressivas e desiguais.

Para poder prevenir isto, é preciso redefinir governança e prestação de contas para e pelos pobres no mundo todo, tanto no Norte como no Sul.

Kasturi Sen  
Diretor de Pesquisas, INTRAC  
Email: ksen@intrac.org

1 Milen Anneli (2001), What do we know about capacity building? (O que nos sabemos sobre fortalecimento de capacidades) WHO Department of Health Service Provision. Geneva: World Health Organisation.

2 Teskey, G. (2005), Capacity Development and State Building (Desenvolvimento de Capacidades e Construção do Estado). London: DFID Governance and Social Development Group.

3 Australian Council for International Development (ACFID) (2005), Good Governance Development Reference Programmes (Programas de Referência de Desenvolvimento de Boa governança).

**Conferência do INTRAC sobre Fortalecimento Institucional e Sociedade civil  
MUDANÇAS, DESAFIOS, PLANEJANDO O FUTURO  
11 a 13 de dezembro de 2006, Oxford, RU.**

O INTRAC está organizando uma grande Conferência Internacional sobre o tema mudança de contexto para o fortalecimento institucional da sociedade civil. Seis anos dentro do novo milênio e o mundo parece ser um lugar diferente em comparação aos últimos anos do século 20. Para aqueles engajados em fortalecimento de capacidades, estas mudanças se sentem na forma de pressões maiores para se adaptar a ortodoxia da indústria da cooperação. O espaço para dissentir, explorar e experimentar tem diminuído ao passo que a agenda da harmonização da cooperação se consolida.

O INTRAC acredita que é chegada à hora de juntar aqueles que estão promovendo a nova ortodoxia da cooperação com aqueles que estão comprometidos em fortalecer processos de construção de capacidades da sociedade civil através de desenvolvimento de capacidades de forma autônoma.

A Conferência vai analisar os temas seguintes:

- A mudança de paradigma no cenário da cooperação e o maior foco sobre o Estado em detrimento da sociedade civil;
- Os fatores que possibilitam e que dificultam alcançar práticas de fortalecimento institucional de qualidade, que mantenham a visão de um desenvolvimento social igualitário ao mesmo tempo em que se trabalha no escorregadio terreno da globalização e do aumento das desigualdades;
- A forma em que a ortodoxia da cooperação dificulta os esforços da sociedade civil para assegurar que as práticas de fortalecimento institucional sejam orientadas pelas necessidades, prestando atenção ao processo e ao contexto;
- A necessidade de delinear o futuro para o fortalecimento institucional e avançar coletivamente com força e consciência no contexto de rápidas mudanças da arquitetura da cooperação.

Os participantes serão uma mistura de convidados representando agências oficiais, ONGs internacionais, fundações, profissionais do fortalecimento institucional mais acadêmicos e pesquisadores.

Para maiores informações contatar a Zoë Wilkinson [zwilkinson@intrac.org](mailto:zwilkinson@intrac.org)

## **A Política da Cooperação na Ásia Central após a Revolução no Quirguistão**

Um estudo sobre lideranças de organizações da sociedade civil feito pelo INTRAC no Quirguistão, no início de 2006, mostra os esforços que as lideranças fazem para se engajar com as autoridades em todos os níveis. Isto se deve em parte à tradição – há expectativas que o Estado vai ou deve resolver os problemas sociais – em parte a pragmatismos. “*Trabalhar com o governo é difícil, mas não temos outra opção*”, diz uma entrevistada que respondeu a pesquisa e cuja organização procura melhorar os mecanismos de formulação de políticas governamentais. Certamente, ter uma efetiva comunicação na forma de redes, atravessando fronteiras inter-setoriais, é um dos grandes desafios para as lideranças das OSC na Ásia Central hoje.

A revolução no Quirguistão, em março de 2005, foi uma oportunidade única para influenciar os mais altos níveis da política. Por exemplo, após seu ativo envolvimento na campanha por eleições parlamentares e presidenciais justas em 2005, Asiya Sasykbaeva, Diretora do Centro Interbilim, se tornou o coordenadora do Comitê que analisou as mudanças na constituição nacional e foi uma figura chave na coalizão que pressionou por mudanças no sistema político. Ela pensa que “no Quirguistão a sociedade civil deve pressionar por espaços políticos mais amplos e que incluam todos os segmentos da população. A Sociedade Civil deveria fazer parte direta do processo de tomada de decisões, é, por tanto, vital que haja pessoas na vida política que entendam os princípios da democracia e que saibam ouvir às pessoas”.

As OSC no Quirguistão têm se tornado cada vez mais críticas da forma em que a Cooperação internacional é canalizada através do Estado, por exemplo, através dos documentos estratégicos nacionais de redução da pobreza (PRSP). Vários estudos do INTRAC têm enfatizado não somente a distância entre os doadores e a sociedade civil, mas também o fracasso do governo para realizar as consultas no primeiro PRSP, e sobre as dificuldades das OSC na implementação e monitoramento de resultados (ver Adams, Ontrac 32)<sup>1</sup>.

A situação da participação das OSC na segunda fase do PRSP não foi melhor, a pesar de alguns ganhos após março de 2005 (por exemplo, o nível de cobertura da TV e o debate de temas de interesse público têm aumentado muito). Representantes de doadores no Quirguistão admitem que devido aos eventos políticos, não houve quase debate público em 2005 sobre a fase seguinte do PRSP. De fato, a falta de satisfação é tão grande no governo quanto na sociedade civil que o debate entre os especialistas é se a nova estratégia deveria ou não focar na redução de pobreza. Na primavera de 2006, um grupo de importantes ONGs se posicionaram fortemente contra a oferta feita pelo Banco Mundial para dar ao Quirguistão o status HIPC2, argumentando que isto poderia gerar mais endividamento e perda de soberania. O Escritório Nacional de Direitos Humanos publicou recentemente uma crítica à natureza vertical das políticas do Banco Mundial e do FMI adotadas pelo presidente anterior, arguindo que essas políticas neoliberais de privatização que ameaçam os serviços públicos fazem pouco para estimular a criação de novos postos de trabalho, e como tal, elas não refletem as

aspirações dos pobres no Quirguistão nem os objetivos para um desenvolvimento sustentável. Poucas vezes as OSC e ONGs têm sido tão fortes nas suas críticas.

O INTRAC, junto com outras ONGs internacionais na região, tem trabalhado muito em projetos e programas para fortalecer capacidades e empoderar as comunidades. Muitos esforços foram feitos no sentido de implementar projetos orientados pelas comunidades e para o empoderamento de redes no Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. Entretanto, as avaliações dessas redes sugerem que tais iniciativas só podem prosperar quando as organizações comunitárias de base e as ONGs alcancem sua dinâmica própria e automomia<sup>3</sup>.

As ONGs internacionais na região freqüentemente apóiam a idéia de um crescente papel do estado nos programas por elas apoiados. No Tadjiquistão, o diretor de MSDSP<sup>4</sup>, que recentemente abriu um novo programa vinculando sua rede de organizações comunitárias com o governo local, comentou positivamente, “pela primeira vez as autoridades estão fazendo contribuição em dinheiro para todos e cada um dos projetos que temos, isto é, há uma crescente presença estatal”. O coordenador de programas de ACTED em Dushanbe deu outra razão para isto: “Nos não podemos simplesmente implementar sistemas paralelos indefinidamente. Nosso trabalho de educação para a saúde deve em algum momento ser assumido pelo governo – eles não podem terceirizar o serviço para sempre”<sup>5</sup>.

A coordenação e harmonização da cooperação trazem algumas vantagens: a ênfase anterior de criar novas agências governamentais foi muito criticada, e a necessidade de aumentar a capacidade (e os salários) dos funcionários de governo teve amplo consenso. Por outro lado, estas vantagens não acontecerão onde haja projetos exitosos de empoderamento de pequena escala com capacidade de crescer, uma vez que eles podem se tornar burocráticos e perder o controle local. Ainda mais, os níveis de pobreza no Tadjiquistão e Quirguistão não foram reduzidos tanto quanto foi proclamado.

Não há uma boa compreensão sobre a natureza dos novos Estados na Ásia Central. Ao longo dos anos 90, comentadores externos deram ênfase a natureza autoritária dos regimes da antiga União Soviética, enquanto que programas neoliberais de cooperação tentaram dismantelá-los. A pesar de que presidentes e regimes tenham tentado ser fortes, a guerra civil no Tadjiquistão e a revolução no Quirguistão demonstraram a contínua fragilidade destes Estados. No Uzbequistão, um regime linha dura está lutando contra os mesmos problemas de pobreza e mais um crescente movimento de fundamentalismo islâmico.

Em maio de 2005, a revolta em Andijan produziu a perda de muitas vidas. Após isso, os Estados Unidos tiveram suas bases expulsas de Uzbequistão, e muitos programas apoiados com fundos externos foram fechados. Para agências como o INTRAC, que apoiou organizações da sociedade civil no Uzbequistão e conseguiu ver em primeira mão como as lideranças trabalharam com comunidades tradicionais e governos locais, foi um momento de tristeza.

A divisão na Ásia central entre os com e os sem ajuda da cooperação, ou alinhados aos Estados Unidos ou alinhados a Rússia, não tem sido de muita ajuda, uma vez que enfatiza as desigualdades do período de transição - só uma cooperação regional pode

trazer prosperidade. Neste período de 15 anos, a região tem visto novas e grandes divisões entre os ricos e os pobres, ao ponto de que à alguns países têm sido oferecidos se tornar membros da União Européia, e a outros o status HIPC.

Charles Buxton Especialista Sênior em fortalecimento institucional - Intrac,  
Email: [cbuxton@intrac.org](mailto:cbuxton@intrac.org), e  
Asiya Sasykbaeva, Diretora do Centro Interbilim,  
[ccpub@infotel.kg](mailto:ccpub@infotel.kg)

### **El Triunfo? Fortalecimento Institucional Orgânico na Honduras Rural**

Começou há mais de 30 anos em 20 comunidades rurais do Sul de Honduras. As pessoas envolvidas não faziam parte da cadeia da cooperação. Não havia ONGs locais, nem Internacionais, nem doadores determinados a provar – para eles mesmos – que metas foram alcançadas e projetos e programas foram manejados efetivamente.

Os facilitadores das sessões que analisaram as experiências dos participantes nunca tinham ouvido falar de marco lógico. Não havia expectativas de que em um, dois ou três anos o resultado dessa iniciativa de fortalecimento de lideranças local deveria mostrar “resultados mensuráveis evidenciados por mudanças em políticas de governo que levassem a melhoria nos níveis de vida”.

Ao invés, havia objetivos baseados no lento e contínuo fortalecimento da capacidade de análise e da consciência política. Houve uma ênfase no diálogo e na análise, na construção de relações sociais e no contexto mais amplo. O trabalho teve como base valores fundamentais de solidariedade, voluntarismos e ação comunitária e, estes valores, foram explicitados em todas as oportunidades.

Agora, após três décadas e duas gerações mais tarde, podemos ver as marcas desta iniciativa liderada pela Igreja de base em colaboração com as escolas radiofônicas da época. Podemos ver os frutos de uma iniciativa de fortalecimento institucional inspirado em Paulo Freire que, naquele tempo, nunca teria sido assim chamada. Podemos testemunhar os resultados de um despertar de consciências lento e seguro sobre as causas estruturais da pobreza, dos direitos e das responsabilidades e da força existente na ação coletiva: ação que é identificada e liderada pelas pessoas mais afetadas – as comunidades mesmas.

É por isso que estas, mais ou menos 20, comunidades têm acesso a caminhos, escolas primárias e comitês de água que funcionam, enquanto que os seus vizinhos carecem de tal infra-estrutura. As famílias destas comunidades têm se engajado ativamente em promover uma reforma agrária e têm se beneficiado das mudanças nos sistemas de posse da terra.

O compromisso, valores e a visão de um ator engajado, forte e autônomo têm se mantido através das gerações. Atualmente, por exemplo, a neta de um dos participantes originais é a figura chave em uma campanha contra a violência de gênero. Isto, talvez, encapsule a essência do desenvolvimento sustentável da sociedade civil.

Então, o que podemos aprender desta história? Que podemos tirar desta reflexão? Primeiramente, é necessário um investimento maior para capturar e analisar histórias de impacto de fortalecimento da sociedade civil no longo prazo. Ainda mais, são os atores mesmos da sociedade civil que devem responder a pergunta, fortalecimento institucional para que?, e a resposta pode nos levar a diferentes e imprevistas direções. Finalmente, nos devemos aprender que nem tudo pode nem deve ser definido em termos de metas pré-definidas e resultados que são cada vez mais orientados desde o centro e que relega aos atores da sociedade civil a meros instrumentos de provisão de serviços ou monitores do governo.

Brenda Lipson

Vice-Diretora Executiva, INTRAC

Email: [blipson@intrac.org](mailto:blipson@intrac.org)

Agradeço pela informação sobre El Triunfo a Sally O'Neill, Diretora Regional de Trocaire em América Central.

### **Reforma da Cooperação multilateral: uma oportunidade para a sociedade civil enfrentar seus reais problemas?**

A introdução, em 1999, dos processos de Estratégias de Redução da Pobreza - ERP - foi o resultado de uma reflexão autocrítica por parte de alguns membros da comunidade de cooperação para o desenvolvimento. Foi dito que nem as políticas de investimento com projetos públicos e privados (1965 – 1985) tiveram sucesso, nem o primeiro período de ajuste estrutural, o consenso de Washington (1985 – 1995) foi existoso em obter uma redução generalizada da pobreza, que falar então do desenvolvimento do terceiro mundo.

Certamente, em muitos países, a pobreza aumentou da tal maneira que se tornou, como Michel Camdessus (anterior Diretor Gerente do FMI) observou, um “risco sistêmico”: um risco provocado pelo sistema que ameaça sua própria sobrevivência. A comunidade da cooperação respondeu (i) com o processo de ERP que sublinha a necessidade de um plano de luta contra a pobreza explicitamente focado e organizado, (ii) a promessa renovada de aumento oficial da assistência ao desenvolvimento para 0,7% do PBI dos doadores, (Monterrey 2002) e (iii) a Declaração de Paris de março de 2005 que busca aumentar a eficácia da cooperação.

Por problemas de capacidade dentro de muitos países em desenvolvimento, a maioria da primeira geração dos Documentos ERP foram desenvolvidos na sede dos países doadores. Esta abordagem nega uma das lições essenciais aprendidas durante o período de ajuste estrutural dos anos 80: as políticas não devem ser o resultado da abordagem “um mesmo tamanho serve para todos”, nem deve ser imposta desde fora. As nações e governos devem ser os sujeitos das suas políticas de desenvolvimento – idealmente, devem ser gestadas internamente. No momento, o processo ERP está produzindo sua segunda geração de documentos, o que permite algumas oportunidades para retificar erros.

Nos sabemos agora que os países em desenvolvimento devem possuir suas políticas de desenvolvimento e que os doadores devem parar de interferir na definição das políticas de desenvolvimento dos países, focando apenas nas políticas de cooperação.



É também aceito que os doadores devem se harmonizar para atender o interesse do desenvolvimento do país parceiro, ao invés de competir entre eles. Ainda mais, os doadores devem alinhar suas políticas de cooperação com as políticas de desenvolvimento do parceiro, e a implementação das suas políticas oficiais de assistência ao desenvolvimento deve acontecer através das instituições do país parceiro. Por esta razão, apropriação, harmonização e alinhamento têm se convertido nos três conceitos chaves nos negócios da cooperação na atualidade, que está sistematizada no Documento de Programa (DP), o que prova que a comunidade da cooperação está fazendo alguns progressos na sua compreensão dos problemas de eficácia da cooperação.

Colocar esta teoria na prática, entretanto, apresenta problemas para todos os lados. Os doadores têm tido dificuldade em adaptar suas práticas, e embora eles o neguem, eles competem entre eles e continuam a usar a cooperação como um instrumento para alcançar suas políticas de curto prazo. Os países em desenvolvimento também têm dificuldades para focar nos interesses de longo prazo da população na luta contra a pobreza.

Grande parte da burguesia dos países em desenvolvimento quer continuar a utilizar a cooperação com um instrumento para atender seus próprios interesses de curto prazo, de tal forma que, ao invés de serem transparentes e prestarem contas para seu próprio povo, eles escolhem prestar contas para os doadores e se alinham com os interesses de curto prazo dos doadores. Estas burguesias não querem utilizar as oportunidades do processo do ERP para elaborar políticas que sejam geridas localmente. Em muitos casos, é, de fato, o Banco Mundial, junto com o Ministro de Economia ou de Planejamento do país quem elabora a documento ERP, e gentilmente impõe este aos outros ministros e ao parlamento. A sociedade civil deveria contribuir no processo ERP, mas raramente tem a oportunidade de fazê-lo e frequentemente não faz nada. Então, a afirmação de que o Documento ERP é transparente é uma grande falsidade.

Alguns dizem que tudo é muito bonito na teoria, mas que é inoperável na prática na medida em que não existe vontade política, governança nem capacidade técnica para implementar as estruturas necessárias. Eles rejeitam o processo ERP porque “a redução da pobreza é apenas uma das abordagens do Consenso de Washington”. Eles dizem que 0.7% é apenas propaganda. Eles dizem que a fala do DP sobre apropriação, harmonização e a alinhamento não é realista considerando a realpolitik dos doadores e dos parceiros. Muito deste raciocínio pode ser verdade, mas quais são as outras alternativas? Sim, o Documento do ERP de três anos não é a mesma coisa que um plano de Desenvolvimento de 5 anos. Sim, o DP e a filosofia do orçamento da cooperação que esta por trás pode levar a (neocolonial) dependência. Sim, as relações capitalistas globais não mudam com o Documento ERP nem com o DP.

Mas então que?– vamos buscar refúgio no belo deserto ou vamos esperar por soluções que caíam do céu? Essas ilusões devem ser deixadas de lado. Nos temos que reconhecer que a mudança para melhor requer fortaleza política, ideológica e técnica, e uma relação dialética entre uma visão de longo prazo e táticas de curto prazo. O processo ERP e o DP podem prover espaços e meios para construir capacidades técnicas e de governança e talvez até vontade política. Mas isso é apenas uma possibilidade e não uma garantia.

É claro que fortalecer capacidades é essencial nos muitos países onde as técnicas e políticas orçamentárias estão cheias de buracos, e que deve ser implementada pelos poucos institutos e OSC que corretamente identificaram fortalecimento institucional como seu objetivo. Isto pode não garantir resultados positivos, nem é uma abordagem livre de riscos, mas é a forma correta para avançar. A alternativa é buscar refúgio nos cantos da segurança absoluta e da correção livre de riscos – uma busca infrutífera.

Louis Callewaert, Bélgica  
Email: Louis.Callewaert@diplobel.fed.be

### **Publicações INTRAC**

Aiding Peace? The Role of NGOs in Armed Conflict  
Jonathan Goodhand, 256pp, £15.95, ISBN 1-853396-32-X

Supporting the Capacity of Organisations at Community Level: Na Exploration of Issues, Methods and Principles for Good Practice  
Katie Wright-Revollo, OPS 48, £8.95

Mapping the Terrain: Exploring Participatory Monitoring and Evaluation of Roma Programming in an Enlarged European Union  
Zosa De Sas Kropiwnicki and Fran Deans, OPS 47, £8.95

Official Agency Funding of NGOs in Seven Countries: Mechanisms, Trends and Implications  
Brian Pratt, Jerry Adams and Hannah Warren, OPS 46, £8.95

NGO Leadership Development: A Review of the Literature  
John Hailey, Praxis Paper 10, £5.95

Civil Society Capacity Building in Post-Conflict Societies: The Experience of Bosnia & Herzegovina and Kosovo  
Bill Sterland, Praxis Paper 9, £5.95

Building Organisational Capacity in Iranian Civil Society: Mapping the Progress of CSOs  
Catherine Squire, Praxis Paper 8, £5.95

Por maiores informações sobre as publicações do INTRAC favor enviar correio eletrônico para [swindsor-richards@intrac.org](mailto:swindsor-richards@intrac.org) para copia do nosso catalogo de publicações de 2006 ou visite nossa pagina web: [www.intrac.org](http://www.intrac.org)

### **Treinamento INTRAC**

Fortalecimento institucional do Parceiro – Residencial, Oxford.  
9–13 Outubro 06

**Avaliação de Impacto — Não-Residencial, Londres.**  
25–27 Outubro 06

**Aprendizagem Organizacional — Não-Residencial, Londres.**  
8–10 Novembro 06

**Pensamento Estratégico e Criativo — Não-Residencial, Londres**  
15–17 Novembro 06

## **Novo! Metodologias Participativas para o Desenvolvimento**

— **Não-Residencial, Londres.**

29 Novembro – 1 Dezembro 06

Para maiores informações e reservas contatar [training@intrac.org](mailto:training@intrac.org) ou +44 (0) 1865 263040.

Também verificar nossa página web: [www.intrac.org](http://www.intrac.org) para maiores informações sobre esses e outros cursos.

### **INTRAC People**

Desde que publicamos a última edição do Ontrac são muitas as bem-vindas que temos que dar aos novos funcionários. Kennedy Mbevi é o novo Administrador de Finanças e vai ajudar na equipe de finanças. Phil Dines tem assumido o papel de Jackie Smith como Gerente de Publicações. Jackie, após dois anos e meio conosco, foi embora, vamos sentir sua falta e lhe desejamos tudo de bom em seu novo trabalho numa organização maior. Também dissemos adeus a Jenny Owen, quem começou um Mestrado em Desenvolvimento Internacional, ela foi substituída por Gabriella Guzman, que retorna a Intrac após um ano de estudos fazendo um Mestrado em Migrações Forçadas. Nossa Gerente de Capacitação aberta, Gaby Romo, vai começar seus seis meses de licença maternidade em setembro, lhe desejamos muita sorte e muita felicidade com seu bebe. Olga Savage vai cobrir a licença a maternidade. Elery Algma também deixou seu cargo como Oficial de Administração para um trabalho em finanças na Universidade de Oxford, vamos sentir muita saudade do seu eficiente trabalho e do seu particular senso de humor, mas estamos felizes em dar as boas vindas a Ghislaine Safári nesse posto. Estamos também encantados e felicitamos a Gerente de Recursos, Shelagh Windsor-Richards pela sua recente graduação no Mestrado em Práticas Comerciais e Responsabilidade na Universidade de Bath.

Escrito por Shelagh Windsor-Richards Gerente de Recursos, INTRAC e Linda Lonnqvist, Pesquisadora.

Email: [swindsor-richards@intrac.org](mailto:swindsor-richards@intrac.org); [llohnqvist@intrac.org](mailto:llohnqvist@intrac.org)

\*\*\*\*\*

### **Ontrac**

ISSN 1476-1327

Editoras: Kasturi Sen, Directora de Pesquisa, Linda Lönnqvist e Hannah Warren, Pesquisadoras do INTRAC e Phil Dines, Gerente de Publicações do INTRAC

ONTRAC é um boletim informativo do INTRAC - Centro Internacional de Pesquisa e Treinamento de ONGs. Ele é publicado três vezes por ano. Seu conteúdo pode ser reproduzido e traduzido livremente desde que a fonte seja mencionada. O INTRAC agradece as seguintes organizações pelas suas contribuições à produção do Ontrac: Concern Worldwide, Cordaid, DanChurchAid, MS Denmark, Novib, Save the Children Denmark, Save the Children Sweden and World Vision UK.

Para fazer uma assinatura, por favor contatar INTRAC ([info@intrac.org](mailto:info@intrac.org)) indicando se deseja receber por correio eletrônico (em Inglês, Chinês, Francês, Português, Russo ou Espanhol) ou pelo correio normal (em Inglês e Russo somente). Você também pode fazer a assinatura on line através de [www.intrac.org](http://www.intrac.org) na seção sobre o boletim.

INTRAC Tel: +44 (0) 1865 201 851  
PO Box 563 Fax: +44 (0) 1865 201 852  
Oxford OX2 6RZ Email: [info@intrac.org](mailto:info@intrac.org)  
Reino Unido Website: <http://www.intrac.org>

INTRAC é uma companhia limitada, registrada sob o No. 2663796, e uma organização sem fins lucrativos registrada sob o No. 1016676.